

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA FEMINISTA NO BRASIL

Feminist Critical Discourse Analysis in Brazil

Monique de Mesquita LESSA
Programa de Pós-Graduação em Linguística
Universidade Federal do Ceará
monique.m.lessa@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6057-7878>

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo debater pesquisas direcionadas ao campo da Análise de Discurso Crítica (ADC), em sua vertente feminista, sobre questões relacionadas ao gênero social no Brasil. A ADC é conhecida pelo seu interesse por todas as formas de desigualdade e injustiça social e consolidou-se como um campo de estudos transdisciplinar que recebe expressivas contribuições de pesquisadoras feministas. No Brasil, desde a década de 1990, as analistas críticas e feministas do discurso têm contribuído para o desenvolvimento da ADC mediante suas pesquisas que investigam relações de gênero por meio do discurso. Violência, representações semióticas, identidades e ensino são alguns dos principais temas abordados por essas pesquisadoras, que também contribuíram para o desenvolvimento de métodos de pesquisa para a análise das relações de poder no contexto do Sul global. Retomando os trabalhos dessas pesquisadoras e reconhecendo as suas principais contribuições, busco apontar possíveis temas para pesquisas futuras na área de estudos sobre gênero e linguagem no Brasil. **PALAVRAS-CHAVE:** Estudos feministas; Análise de Discurso Crítica; Gênero e Linguagem.

ABSTRACT: This paper aims to discuss studies about gender issues in Brazil developed in the feminist branch of Critical Discourse Analysis (CDA) field. CDA is known for its interest in all forms of inequality and social injustice and has been established as a transdisciplinary field that receives many contributions from feminist scholars. In Brazil, since the 1990s, feminist critical discourse analysts have contributed to the development of CDA by their studies that investigate gender relationships through discourse. Violence, semiotic representations, identities and teaching are some of the main themes discussed by these scholars, who also have contributed to the development of research methods for analysing power relationships in



the Global South context. I intend to suggest some possible themes for future studies on the Brazilian gender and language field by resuming these scholars' works and recognizing their main contributions.

KEYWORDS: Feminist Studies ; Critical Discourse Analysis ; Gender and Language.

INTRODUÇÃO

Desde o seu surgimento, na década de 1980, a Análise de Discurso Crítica (ADC) ocupa-se da investigação de fenômenos discursivos relacionados a questões de poder, ideologia e discriminação (étnica, socioeconômica, política e/ou cultural). Esse campo é reconhecido internacionalmente pelo trabalho sistemático de diversos pesquisadores, como Norman Fairclough, Ruth Wodak, Lille Chouliaraki e Teun A. van Dijk.

No Brasil, pesquisadoras tiveram papel fundamental na difusão e no desenvolvimento desse campo de estudos: o periódico *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, desde sua fundação, por Izabel Magalhães, em 1995, é direcionado à divulgação de pesquisas em ADC; a obra de Carmen Rosa Caldas-Coulthard (1997), escrita em inglês, foi a primeira a ser publicada no Brasil, seguida pelos livros de Izabel Magalhães (2000) e Célia Magalhães (2001) (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). Desde então, graças aos esforços dessas pesquisadoras e de vários outros que se empenharam na difusão dos estudos em ADC, pesquisadores e profissionais formaram vários centros de estudos no país.

As pesquisas das analistas críticas do discurso pioneiras no Brasil tratam, entre outros temas, de questões relacionadas a gênero social. Tais trabalhos contribuíram para a consolidação da vertente feminista da ADC, que se dedica ao estudo de estruturas de gênero hierarquizadas pela linguagem. A ADC Feminista, sistematizada por Lazar (2005, 2008), configura-se como uma das correntes mais produtivas e destacadas no campo dos estudos do discurso, tanto pela grande soma de trabalhos realizados quanto pelo impacto e originalidade desses estudos. Desse modo, o objetivo deste artigo é debater pesquisas sobre gênero e linguagem em ADC desenvolvidas nas últimas décadas, destacando as principais contribuições para o campo da ADC Feminista no Brasil.

Para tanto, considero relevante situar a ADC no paradigma da pesquisa emancipatória, tendo em vista que, ao tratar de problemas sociais – tais como o machismo e a LGBTQI+fobia –, os estudos em ADC têm como objetivo final contribuir para a superação desses problemas e a emancipação dos atores sociais. Também apresento um

breve histórico dos estudos sobre linguagem e gênero social, aos quais se filia a vertente feminista da ADC.

Os princípios e as contribuições teóricas e metodológicas da ADC Feminista no Brasil, foco deste artigo, são apresentados na penúltima seção. Por fim, discuto alguns caminhos possíveis para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre gênero social em ADC, que devem fortalecer as discussões e contribuir para mudanças nas relações de gênero.

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA COMO PESQUISA EMANCIPATÓRIA

A ADC é uma abordagem científica transdisciplinar voltada para o estudo crítico da linguagem como prática social. Nessa perspectiva, existe uma relação dialética entre linguagem e prática social, o que implica a existência de uma dimensão discursiva nas práticas sociais. Desse modo, a linguagem é entendida como discurso, isto é, parte integral das práticas sociais que se desenvolve como formas de ação, de representação e de identificação (FAIRCLOUGH, 2003).

Quanto ao desenvolvimento do processo de investigação da prática social, Chouliaraki e Fairclough (1999) propõem um enquadre baseado em cinco etapas para análise em ADC: 1) identificação de um problema social; 2) reconhecimento dos obstáculos que dificultam a superação do problema – inclui a análise da conjuntura social e das práticas discursivas relacionadas ao problema; 3) observância da função do problema na prática (discursiva e social); 4) identificação de maneiras para a superação do problema; 5) reflexão sobre a análise realizada.

De acordo com Barros (2018, p. 150), essa abordagem permitiu que a ADC “se disseminasse na ciência social crítica, conferindo aos analistas de discurso uma compreensão mais ampla da vida social, relacionando os elementos micro e macrosociais”. Tendo em vista o seu foco em problemas sociais baseados em relações assimétricas de poder e, sobretudo, a sua preocupação com o desenvolvimento de estratégias e reflexões para a superação desses problemas, é possível considerar que a ADC consiste em uma abordagem comprometida com a emancipação dos atores sociais.

O paradigma da pesquisa emancipatória surgiu como resposta à predominância de práticas positivistas no cenário acadêmico global e abarca diferentes correntes da teoria crítica (BARROS, 2018; GROAT; WANG, 2001). Seu principal objetivo, segundo Barros (2018), não é somente estudar a sociedade, e sim transformar as estruturas de poder. Para atingir essa meta, “ao ingressar em um contexto social, o pesquisador deve permanecer

por um período de tempo prolongado com o objetivo de identificar as injustiças sociais existentes, visando superar os obstáculos” (BARROS, 2018, p. 148).

Com base nessa definição e considerando as bases epistemológicas e a proposta teórico-metodológica da ADC, é possível definir a ADC como pesquisa emancipatória. Para firmar essa definição, Barros (2018, p. 151-152) argumenta que os estudos em ADC devem ser cíclicos, isto é, incorporar, ao modelo de análise elaborado por Chouliaraki e Fairclough (1999), uma última etapa na qual o pesquisador deverá identificar um novo objeto, “com ênfase em uma outra injustiça social, procurando sanar ou minimizar os problemas sociais existentes naquele contexto social”.

A pesquisa emancipatória, no cenário latino-americano, pode ser compreendida como uma prática estratégica no processo de ruptura com as práticas hegemônicas (racismo, machismo, elitismo) sustentadas pela colonialidade¹ em suas diferentes dimensões: ser, saber e poder. Contudo, para que os estudos críticos do discurso alcancem esse objetivo, Resende (2017, p. 2) apresenta algumas condições:

[...] decolonizar o *saber*, no sentido de lograr criticar teorias e métodos, compreendendo, que não há conhecimento universal; decolonizar o *poder* da ação criativa no esforço de superação desse conhecimento universalizante, isto é, assumir a potência de criação teórica e metodológica local, especialmente por meio do constante questionar da separação disciplinar e suas imposições; e decolonizar o *ser*, fazendo uso estratégico desse espaço paradoxal, o que carrega as potencialidades da comunhão de saberes, incluindo também o conhecimento comum.

Desse modo, para que a ADC brasileira contribua, efetivamente, para a diminuição das desigualdades e injustiças sociais, os pesquisadores devem evitar a noção de conhecimento universal, adequando as teorias e métodos de pesquisa à realidade local e criando novas abordagens teórico-metodológicas que, por sua vez, emergjam da comunhão entre os saberes locais e tradicionais, muitas vezes menosprezados pela academia.

As analistas críticas de discurso brasileiras contribuem para essa tarefa, desenvolvendo conceitos e métodos de pesquisa que permitem não apenas analisar as relações de gênero no Brasil, mas também transformá-las, garantindo o protagonismo dos atores sociais envolvidos nas pesquisas.

¹ A colonialidade refere-se a padrões de poder de longa duração que surgiram com o colonialismo, mas que definem cultura, trabalho, relações intersubjetivas e produção de conhecimento para além das administrações coloniais. Assim, a colonialidade resulta, mas sobrevive ao colonialismo (MALDONADO-TORRES, 2007).

A seguir, apresento um breve histórico das discussões acerca da relação entre gênero social e linguagem, situando a ADC nesse cenário.

GÊNERO E LINGUAGEM

As discussões sobre a relação entre gênero e linguagem foram iniciadas por Lakoff (1975) ao observar as diferenças entre o estilo conversacional dos homens e das mulheres, que indicam as desigualdades entre as posições ocupadas pelos gêneros na sociedade norte-americana. Desde então, pesquisadores, principalmente do mundo anglo-saxão, desenvolveram diversos estudos que buscam investigar essa relação.

Mesthrie, Swann, Deumert e Leap (2009) observam que esse campo é caracterizado pela interdisciplinaridade, uma vez que recebe contribuições da antropologia, das várias formas de análise do discurso, da educação, da teoria literária, dos estudos da mídia, da psicologia social, da sociologia, entre outras. Os autores entendem que linguagem e gênero é um tópico de interesse por si próprio, além de também ser importante pelo que pode contribuir para o nosso entendimento sobre a linguagem e como ela opera (MESTHRIE; SWANN; DEUMERT; LEAP, 2009).

Dado o seu caráter interdisciplinar, um dos problemas existentes nesse campo corresponde à definição dos conceitos de gênero e linguagem, sobretudo quando utilizados concomitantemente (MILLS, 1995). Assim, o conceito de gênero, do mesmo modo que o conceito de linguagem, depende da posição do estudioso. Magalhães (2008) comenta que há feministas que se preocupam com o uso do termo “gênero”, à medida que este pode reduzir o sentido político do feminismo. Outras defendem o uso do termo, pois consideram que este torna possível a “análise da diferença”:

Isso quer dizer que a diferença sexual não é considerada como um dado, no qual todos os homens são classificados como se partilhassem certas características opostas às características supostamente partilhadas por todas as mulheres. Ao contrário, as mulheres são vistas menos como uma casta fixa, homogênea do que como um grupo de pessoas que é atravessado por outras variáveis e elementos, como classe, raça, idade, orientações sexuais, educação, e assim por diante, e que sofre a influência disso (MILLS, 1995, p. 3-4 *apud* MAGALHÃES, 2008, p. 63).

A noção de gênero adotada por Mills (1995), comentada por Magalhães (2008), ao considerar a relação com outras variáveis (classe, raça, orientação sexual), diferencia-se da que foi empregada nas pesquisas iniciais sobre gênero e linguagem, como a de

Lakoff (1975). Magalhães (2008) comenta que essa mudança de perspectiva foi motivada pela influência da obra de Butler ([1990] 2003), que apresenta uma nova perspectiva para o conceito de gênero social: um fenômeno inconstante e contextual, “um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2003, p. 29).

Cameron (1995) reconhece a existência de três abordagens nos estudos sobre gênero e linguagem. A abordagem do *déficit*, adotada por Lakoff (1975), trata as mulheres como falantes em desvantagem devido à sua socialização prévia. A abordagem da *dominância* analisa a negociação em situações de interação entre mulheres (relativamente sem poder) e homens. Já a abordagem da *diferença cultural* realiza analogias entre gênero e outras categorias sociais, como raça e etnia. Magalhães (2008, p. 63) comenta que “o pressuposto nessa abordagem é que o processo diferenciado de socialização de crianças e adolescentes resulta em diferenças entre mulheres e homens nos propósitos e estilos comunicativos”.

De acordo com Cameron (1995), a abordagem da diferença cultural passou a prevalecer a partir da década de 1980, enquanto as abordagens do *déficit* e da *dominância* caíram em desuso. A autora atribui essa mudança à tentativa de abandonar a abordagem de Lakoff (1975), que faz uma avaliação negativa da linguagem das mulheres. “Outra razão está ligada à ideologia da Lingüística do século XX, que aceita a diferença cultural, mas não a desigualdade social que está embutida na abordagem do *déficit*” (MAGALHÃES, 2008, p. 63).

Magalhães (2008) considera que os discursos de gênero posicionam os estudos de gênero e linguagem. Os vários discursos de gênero consistem em exercícios de conjuntos de ideias particulares sobre gênero em diferentes segmentos da sociedade (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2003). Mills (1997) refere-se a práticas não uniformes que oprimem as mulheres e pontua a que a análise feminista focaliza discursos variados, em vez de um único discurso, visto que existem diversas estruturas discursivas e institucionais que subjagam as mulheres, diante das quais as mulheres podem posicionar-se como submissas ou resistentes.

Essa visão de Mills (1997) é corroborada por Lazar (2008), que observa que as relações de poder e dominância podem ser confrontadas discursivamente e, ao mesmo tempo, cooptadas em uma luta dinâmica entre a manutenção e a contestação dos interesses em disputa. A possibilidade de confrontar as relações de poder por meio do discurso é uma das principais noções da ADC e, conseqüentemente, da Análise de Discurso Crítica Feminista (ADCF), sistematizada por Lazar (2005, 2008).

Análise de Discurso Crítica Feminista

A ADCF analisa, por meio de uma perspectiva feminista, estruturas de gênero hierarquizadas sustentadas pela linguagem, como parte de um projeto radical de emancipação. Essa vertente da ADC se diferencia de abordagens feministas que aplicam métodos descritivos de análise discursiva por adotar uma teorização da relação entre práticas sociais e estruturas discursivas, além de utilizar uma vasta gama de ferramentas e estratégias para a análise de usos atuais e contextualizados da linguagem (LAZAR, 2005).

No campo dos estudos do discurso, a ADCF se diferencia por seus pressupostos e princípios próprios, enumerados por Lazar (2008):

1. Ativismo analítico: o principal objetivo da crítica é contestar o *status quo* para promover a emancipação e a mudança social; baseia-se em uma visão feminista de justiça social que confere as mesmas possibilidades a homens e mulheres, em vez de ter o gênero social como uma predeterminação de nossas relações e de quem somos e/ou devemos ser.
2. Gênero social como estrutura ideológica: o gênero social é uma estrutura social que divide, com base na diferença sexual, as pessoas em duas classes: homens e mulheres. Essa estrutura impõe uma dicotomia social do trabalho e características humanas específicas para homens e mulheres. Consequentemente, ser classificado como ‘homem’ ou ‘mulher’ impõe entraves em diversas práticas sociais, como o trabalho, a política e a educação.
3. Complexidade das relações de gênero e poder: a complexidade se refere à noção de que as estruturas de gênero não operam isoladamente, e sim de forma interligada a outras estruturas de poder baseadas na sexualidade, raça, etnia, condição física e mental, classe social e localização geográfica.² Isso significa que as assimetrias de gênero não são experienciadas materialmente e/ou discursivamente da mesma maneira em todos os lugares do mundo.
4. Reflexividade crítica e feminista: a reflexividade crítica é necessária para uma prática e para um conhecimento emancipatórios. A reflexividade deve estar presente tanto na dimensão institucional – no desenvolvimento de práticas progressistas, como a implementação de políticas igualitárias em organizações e

² Lazar refere-se à distinção entre Norte e Sul Global (SOUSA SANTOS; MENESES, 2010) para considerar a localização geográfica como uma estrutura social.

escolas – quanto na observação de práticas que utilizam estrategicamente pautas feministas para a promoção de discursos antifeministas. As analistas feministas também devem ser reflexivas em relação às suas práticas e perspectivas teóricas a fim de que essas não contribuam acidentalmente para a perpetuação de tratamentos hierarquizados a diferentes grupos de mulheres.

Os princípios da ADCF, portanto, são orientados, principalmente, pelo compromisso com uma prática emancipatória, isto é, por uma transformação social que, de fato, rompa com as estruturas ideológicas que oprimem não apenas as mulheres, mas todos os atores sociais, como o racismo, o elitismo, a xenofobia e o capacitismo. Esses princípios devem orientar não somente as reflexões teóricas dos analistas críticos do discurso, mas também suas práticas acadêmicas cotidianas, a fim de torná-las efetivamente mais plurais e inclusivas.

Embora possua uma vertente feminista bem consolidada e produtiva, a ADC é criticada por autoras que a consideram uma abordagem progressista cujos precursores e figuras mais proeminentes são homens cis³, brancos e heterossexuais, que não reconhecem e/ou citam os trabalhos de pesquisadoras feministas (CAMERON, 1998; WILKINSON; KITZINGER, 1995). Lazar (2005) considera que as identidades dos autores *per se* não são problemáticas ou contraditórias em relação à proposta da ADC, e ressalta que diversas estudiosas – nem todas cis, brancas e heterossexuais – contribuem para o desenvolvimento da ADC em diversos lugares geográficos.

Por esse motivo, a autora defende o fortalecimento da vertente feminista da ADC e chama atenção para o fato de que a não adoção do termo ‘feminista’ nesses estudos pode resultar na dificuldade em se criar um fórum coletivo que reúna as analistas críticas e feministas do discurso espalhadas ao redor do mundo. As pesquisas de analistas críticas do discurso brasileiras têm contribuído para esse propósito. No tópico a seguir, apresento alguns dos principais trabalhos dessas pesquisadoras feministas nas últimas décadas.

CONTRIBUIÇÕES DA ADC FEMINISTA BRASILEIRA

A relação entre gênero social e linguagem vem sendo discutida por analistas críticas de discurso brasileiras desde a publicação das primeiras obras e periódicos dedicados à ADC no Brasil: (ver MAGALHÃES, 1995, 2000; CALDAS-COULTHARD, 1997). Desde então, diversas pesquisas em ADC com foco na relação entre gênero e linguagem

³ O prefixo latino *cis* significa “aquém, da parte de cá de”. A pessoa *cis* identifica-se com o mesmo gênero que lhe foi atribuído quando nasceu (BORGES, 2018).

foram desenvolvidas e contribuíram para a consolidação desse campo no Brasil. Por meio do levantamento bibliográfico realizado para a produção deste artigo, foi possível observar os principais temas de interesse entre as analistas críticas e feministas de discurso brasileiras, a saber: discursos, representações semióticas, identidades e letramentos.

O discurso, como mencionado anteriormente, pode se desenvolver nas práticas sociais como (re)produtor de relações desiguais de poder e, ao mesmo tempo, pode, em circunstâncias históricas favoráveis a mudanças, desestabilizá-las e transformá-las, por meio das mudanças nas práticas discursivas. A análise de discurso tem mostrado o grau em que o discurso é *generificado* e, simultaneamente, desafia tradicionais entendimentos essencialistas e reducionistas sobre o gênero social (SUNDERLAND, 2004).

Sobre o adjetivo *generificado*, Sunderland (2004) comenta que este é mais forte que a expressão “relacionado ao gênero”, uma vez que sugere que o gênero é parte de alguma coisa que foi generificada, isto é, que sofreu a ação do gênero social. Os discursos generificados estão diretamente ligados às representações semióticas, uma vez que a representação corresponde a um dos significados do discurso (FAIRCLOUGH, 2003). Os trabalhos de Caldas-Coulthard (1995, 1997, 2019), Heberle (2004) analisam as representações semióticas de mulheres em textos do campo jornalístico-midiático e observam como essas representações ainda estão fundamentadas em preconceitos e valores que perpetuam desigualdades sociais e de gênero.

No campo publicitário, reconhecido pelo forte apelo às representações generificadas, Gonzalez e Vieira (2015) analisam a construção semiótica do gênero feminino em anúncios de produtos voltados ao emagrecimento da marca *Nestlé*, que ocorre por meio da supressão do discurso masculino genérico. As autoras observam que essa estratégia não reposiciona a mulher por meio de um discurso emancipador, “mas acaba por situar suas práticas discursivas como mantenedoras de uma identidade já conhecida, que subjuga a mulher não ao homem, mas ao seu próprio corpo.” (GONZALEZ; VIEIRA, 2015).

O campo jurídico também possui discursos e representações generificadas que posicionam homens e mulheres de maneiras bastante distintas. Figueiredo (2002, 2004) analisa textos jurídicos sobre casos de violência e abuso sexual contra mulheres e observa que, longe de serem meros mecanismos textuais para representar os atores sociais, as representações discursivas de gênero baseadas em valores patriarcais influenciam diretamente as decisões judiciais, constroem posições subjetivas discriminatórias para as mulheres e perpetuam a violência e as desigualdades de gênero.

Dessa maneira, discursos públicos e institucionais posicionam mulheres diferentemente do que fazem com os homens; ressaltam aspectos relacionados ao gênero social, como comportamentos e aparência física, e põem em dúvida a capacidade das mulheres para desempenhar papéis de liderança (CALDAS-COULTHARD, 2019). Os discursos generificados, portanto, auxiliam a manutenção de relações desiguais de poder entre homens e mulheres.

Magalhães (2008) também analisa a forma como o discurso posiciona as mulheres na sociedade e observa existência de dois discursos históricos de gênero no Brasil: o discurso de controle (conservador, tradicional) e o discurso de liberação (emancipatório). O discurso de controle é definido por efeitos construtivos relacionados à assimetria de poder entre homens e mulheres. “O controle dos homens sobre as mulheres deve-se parcialmente à forma como os sentidos são mobilizados ideologicamente no discurso para mantê-los em funções públicas de prestígio” (MAGALHÃES, 2008, p. 61).

Já o discurso de liberação define-se pela oposição à visão androcêntrica, fortalecida pelo Movimento Feminista a partir da segunda metade do século XX. “Propondo a emancipação das mulheres do controle exercido pelos homens, o discurso de liberação é produto de uma prática social ‘mosaico’, que se forma por um processo de negociação” (MAGALHÃES, 2008, p. 62).

O contraste entre os discursos observados por Magalhães corrobora a noção de que sempre há discursos competindo e constituindo as relações de poder em qualquer contexto social (BAXTER, 2003).

Dentro do contexto da sala de aula, por exemplo, não podemos assumir que há apenas um discurso determinando o gênero: pode haver discursos dominantes construindo pressuposições estereotipadas sobre masculinidade, feminilidade e diferenças binárias de gênero, mas também pode haver discursos de resistência ou de oposição defendendo, por exemplo, a diversidade de gênero, a inclusão ou a separação (BAXTER, 2003, p. 8, tradução minha⁴).

Embora os discursos de resistência – como o discurso de liberação – se contraponham aos discursos de dominação (controle), é preciso considerar a assimetria de forças nas relações de poder: os discursos de dominação são hegemônicos e, portanto,

⁴ No original: “Within the classroom context, for instance, we cannot assume that there is simply one discourse determining gender: there may be dominant discourses constructing stereotypical assumptions about masculinity, femininity and binary gender differences, but there may also be resistant or oppositional discourses advocating, for example, gender diversity, inclusion or separatism.”

exercem maior influência nas relações de gênero. No entanto, os discursos de resistência são necessários para a mudança social, isto é, para a emancipação dos atores sociais.

O sistema dominação/resistência resulta na formação de dicotomias de gênero, de natureza ideológica (POYNTON, 1989). As dicotomias atribuem determinados significados a homens e mulheres, posicionando-os de forma hierarquizada em relação ao poder. Assim, a mulher é vista em oposição ao homem, e os significados atribuídos ao feminino (emoção, passividade, fraqueza) em oposição aos que são atribuídos ao masculino (razão, proatividade, força). Contudo, como observa Magalhães (2009), as dicotomias não mais se manifestam de forma explícita e homogênea no contexto brasileiro, em que as mudanças ocorridas nos diversos domínios sociais (econômico, político, midiático) promoveram intensas transformações nas identidades dos atores sociais.

Desse modo, “as identidades femininas estão em processo de mudança, que é textualmente mediada” (MAGALHÃES, 2008, p. 62). O conceito de identidade é entendido pelas analistas críticas e feministas do discurso como fluido, instável e constantemente mutável, portanto, a visão essencialista das identidades de gênero, que atribui características fixas e generalizantes associadas a aspectos físicos e biológicos, é refutada por essas autoras (MAGALHÃES, 2005, 2006, 2008; LIMA, 2007; RABELO, 2017).

O processo de construção das identidades de gênero é diretamente influenciado por fatores sociais (coletivos), que motivam as escolhas e práticas identitárias individuais:

O que nos leva a investir em determinadas identidades é, de certa forma, a crença de que podemos contribuir pessoalmente para uma identidade social, como a de docente, de mulher negra, de ambientalista ou mãe, e, nesse sentido, o pessoal é social e político (MAGALHÃES, 2008, p. 62).

O contexto social e político, volátil e atravessado por conflitos, ocasiona a emergência de múltiplas identidades de gênero, relacionadas aos diferentes discursos contrastantes que buscam orientar as práticas discursivas e sociais. Magalhães (2005) observa a existência, no Brasil, de dois tipos de identidades de gênero que refletem esses conflitos: as identidades tradicionais (essencialistas, associadas ao discurso de controle das mulheres) e as identidades metamorfoseadas (relacionadas ao discurso emancipatório).

Essas identidades são manifestadas em diversas práticas sociais cotidianas, como as práticas de letramento,⁵ também tema de interesse das analistas críticas do discurso. Magalhães (2008) observa que as práticas de letramento são atravessadas por relações desiguais de poder e discursos tradicionais de gênero que influenciam as identidades dos atores sociais envolvidos nessas práticas.

O letramento, como é notório, é uma das manifestações do poder nas relações de gênero. Os índices de iletramento com base no gênero são alarmantes, encontrando-se o padrão de maior iletramento entre mulheres do que entre homens generalizado no espectro geográfico (MAGALHÃES, 2008, p. 66).

Os baixos índices de letramento entre as mulheres são, como observado por Magalhães (2008), um dos fatores que sustentam as desigualdades entre os gêneros sociais. Por essa razão, pesquisas que investiguem as práticas de letramento e proponham alternativas para a superação das desigualdades embutidas nessa prática – como pressupõe a ADC – podem contribuir para a emancipação dos atores sociais.

Rabelo (2017) analisa a relação entre as práticas de letramento e as transformações nas identidades de três gerações de mulheres escolarizadas e observa que, para mulheres negras e empobrecidas, o acesso e a permanência na universidade – diretamente condicionados ao domínio dos gêneros discursivos acadêmicos – representam uma possibilidade de ascensão social. No entanto, a autora considera que as práticas de letramento na universidade ainda não são totalmente inclusivas, visto que ainda não foram adaptadas às condições de vida das mulheres que precisam conciliar os estudos com o trabalho, o cuidado com a família e com a casa.

Os resultados obtidos pelas pesquisas de Magalhães (2000, 2005, 2008) e Rabelo (2017) acerca da relação entre letramentos e identidades de gênero também sugerem a importância do desenvolvimento de métodos de pesquisa que permitam compreender o contexto, as experiências e as condições de vida que influenciam os discursos e as identidades dos atores sociais. O método etnográfico-discursivo, utilizado por essas pesquisadoras, consiste, portanto, em uma das principais contribuições da ADC Feminista ao campo dos estudos do discurso, assim como as demais metodologias apresentadas no tópico a seguir.

⁵ O conceito de “práticas de letramento” é proposto por Street (1984), que entende o letramento como uma prática social que é sempre situada por princípios epistemológicos construídos socialmente, e não apenas uma habilidade técnica e neutra.

Contribuições metodológicas

Entre as principais contribuições realizadas pelas analistas críticas e feministas do discurso brasileiras, está o desenvolvimento de metodologias próprias e inovadoras, que consolidam o caráter transdisciplinar da ADC e permitem a discussão aprofundada de objetos de pesquisa complexos. Embora a ADC tenha sido influenciada, desde o seu surgimento, por abordagens teórico-metodológicas oriundas de diferentes campos, como a Teoria Crítica, o Pós-estruturalismo e a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), as analistas verificaram a necessidade e a viabilidade de incorporar técnicas e procedimentos metodológicos antes pouco explorados pela ADC.

Heberle (2000a), ao apresentar subsídios para a leitura e interpretação de textos que possuem discursos generificados, comenta sobre a abordagem da ADC e a sua relação com gramática sistêmico-funcional de Halliday (1994), considerada pela autora um dos mais importantes instrumentos linguísticos utilizados por analistas críticos do discurso “por ser um instrumento eficaz para a análise de textos em relação ao contexto situacional” (HEBERLE, 2000a, p. 296).

Apesar da estreita relação entre ADC e LSF e da frequência com a qual os analistas críticos do discurso utilizam as categorias da gramática sistêmico-funcional para realizar as suas análises, os trabalhos de Heberle (2000b, 2004) destacam-se por aprofundar essa relação ao combinar os conceitos e as categorias dessas abordagens de forma minuciosa; as escolhas lexicogramaticais – vinculadas ao contexto situacional – são discutidas e associadas aos elementos que compõem o modelo tridimensional de Fairclough (2001), que engloba texto, prática discursiva e prática social. No entanto, cabe destacar que a análise do contexto social vai além da situação imediata pesquisada.

Heberle (2000b) propõe a articulação de princípios da ADC e dos Estudos de Gênero para realizar uma *leitura crítica* de questões relacionadas ao gênero social. A leitura crítica proposta pela autora baseia-se na noção de leitura como prática social e corresponde a uma abordagem metodológica e, simultaneamente, uma ferramenta pedagógica, para o reconhecimento de como os elementos linguísticos do texto contribuem para a reprodução ou contestação das desigualdades.

O modelo de Heberle (2000) subdivide-se em grupos de perguntas que investigam as condições de produção do texto, os aspectos macroestruturais (tema, gênero discursivo, elementos interdiscursivos), as escolhas lexicogramaticais (vocabulário), os processos verbais – de acordo com a classificação de Halliday (1994) –, os elementos visuais (cores,

símbolos, figuras e ilustrações) e as questões de gênero representadas, focalizando as assimetrias entre os gêneros sociais.

Caldas-Coulthard (2019, p. 40) também enfatiza a relevância dos elementos visuais na representação e (re)produção de assimetrias de gênero, visto que “imagens, como a linguagem, têm o potencial de transmitir um posicionamento avaliativo em relação ao que é representado e adicionam significados positivos ou negativos às construções semióticas.”

Por essa razão, a autora integra as abordagens da ADC, da Multimodalidade e da Semiótica Social para analisar as representações semióticas do corpo feminino em anúncios publicitários (CALDAS-COULTHARD, 2008) de brinquedos que transmitem significados específicos de gênero (CALDAS-COULTHARD; VAN LEEUWEN, 2005) de avós em bancos de imagens e em textos do campo midiático (CALDAS-COULTHARD; MOON, 2016) e de mulheres profissionais em posições de poder no discurso jornalístico (CALDAS-COULTHARD, 2019).

Em suas análises, a autora chama a atenção para a necessidade de integrar essas abordagens em pesquisas feministas, uma vez que a análise visual, articulada à análise verbal, permite reconhecer os modos semióticos utilizados para construir estereótipos sexistas e excludentes, que perpetuam o desequilíbrio de gênero em associação a outros eixos de desigualdade (por exemplo, de raça, etnia, idade, classe social).

A análise social consiste em um dos principais eixos da ADC e, para realizá-la, além de incorporar conceitos e categorias analíticas da Sociologia, analistas críticos do discurso⁶ recomendam a etnografia – abordagem oriunda da Antropologia – como método complementar à ADC. No Brasil, Magalhães (1997), em sua análise do discurso pentecostal, introduziu o método etnográfico-discursivo, que alia os princípios da ADC aos fundamentos e métodos da pesquisa etnográfica, como observação participante, notas de campo e entrevistas semiestruturadas.

O profundo conhecimento do contexto social e das práticas socioculturais é imperativo para um estudo discursivo de orientação crítica, o que demanda a incorporação de métodos etnográficos. Por essa razão, uma investigação das relações assimétricas de gênero pode ser mais bem desenvolvida pelo trabalho de campo, que envolve observações detalhadas das dimensões da realidade social (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017).

⁶Chouliaraki e Fairclough (1999); Wodak (2001); Fairclough (2003); Blommaert (2005); Magalhães, Martins e Resende (2017).

A abordagem etnográfico-discursiva integra métodos etnográficos ao discurso como prática social (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). Todavia, essa abordagem não pode ser confundida com a mera incorporação das técnicas da pesquisa etnográfica a um estudo discursivo; a etnografia não é apenas uma metodologia, e sim uma perspectiva de pesquisa, isto é, possui uma perspectiva específica sobre a linguagem – inextricavelmente situada na vida social –, assim como ontologia, epistemologia e metodologia próprias para a investigação da relação entre linguagem e sociedade (BLOMMAERT; JIE, 2010).

Além de Magalhães (2005, 2006, 2008), as pesquisas de Lima (2007), Dias (2011) Rabelo (2017) e Borges (2018) são exemplos de como a relação entre linguagem e gênero social pode ser abordada pelo método etnográfico-discursivo. Essas pesquisas, por meio de uma detalhada descrição e análise do contexto e das práticas socioculturais, evidenciam como as identidades de gênero são construídas e transformadas discursivamente, apresentam caminhos para emancipação dos participantes da pesquisa e, portanto, contribuem para a contestação e mudança das relações assimétricas de gênero no Brasil.

CAMINHOS POSSÍVEIS

O levantamento bibliográfico realizado para este artigo permitiu traçar um mapa das pesquisas acerca da relação entre linguagem e gênero social no campo da ADC brasileira. Assim, foi possível reconhecer os principais temas investigados por analistas críticas e feministas do discurso (discursos, identidades, representações semióticas e letramentos) e suas respectivas contribuições teóricas e metodológicas. Com base nesse mapa, nesta última seção, meu intuito é apresentar alguns caminhos possíveis e necessários para o desenvolvimento da ADC Feminista brasileira.

O primeiro caminho que considero bastante frutífero para novas pesquisas consiste na aproximação entre ADC Feminista, Estudos Queer e Linguística Queer, campo que investiga “o espaço semântico-pragmático entre os discursos dominantes (i.e. heteronormatividade) e a performance linguística situada” (BORBA, 2015, p. 94). Embora a noção de gênero social proposta por Butler ([1990] 2003) seja bastante influente na ADC Feminista, pesquisas que analisam as representações e identidades trans e/ou não-binárias ainda são escassas.

Por essa razão, no campo da ADC, destaco os trabalhos de Gomes (2015, 2016), Borges (2018), Gomes e Castro (2020) que analisam as identidades e representações semióticas de mulheres trans em textos do campo midiático-jornalístico. Essas identidades, como explica Gomes (2015), são estereotipadas e invisibilizadas; por isso, considero

necessários e pertinentes novos estudos discursivos que investiguem as representações, os modos de agir e os estilos de pessoas trans e travestis realizados em diversos campos da sociedade (midiático, político, educacional, entre outros).

O segundo caminho viável equivale à confluência da ADC Feminista com os feminismos críticos, tais como o feminismo negro (COLLINS, [1990] 2019) e o feminismo pós-colonial (MOHANTY, 2008), responsáveis por uma “reviravolta nas teorias e nas práticas feministas” (CURIEL, 2019, p. 32). No contexto brasileiro e latino-americano, considero a perspectiva do feminismo decolonial, que retoma boa parte dos postulados dos feminismos críticos e da opção decolonial (CURIEL, 2019), particularmente produtiva para os estudos em ADC.

As premissas do feminismo decolonial não apenas condizem com os princípios da ADC Feminista, mas também propõem uma nova postura epistemológica necessária para o desenvolvimento desse campo. Essa perspectiva demanda o reconhecimento e a legitimação dos saberes subalternizados, o que implica “identificar conceitos, categorias, teorias que surgem a partir de experiências subalternizadas, que são geralmente produzidas coletivamente, que têm a possibilidade de generalizar sem universalizar” (CURIEL, 2019, p. 46).

Macedo (2018) discute a necessidade de reavaliar abordagens teóricas eurocentristas e dominantes anteriormente adotadas em pesquisas feministas e considera o discurso como uma maneira de contestar tais abordagens hegemônicas. Desse modo, a autora adota uma perspectiva feminista e decolonial para analisar narrativas sobre gênero a partir do pensamento de pesquisadoras de Cabo Verde, focalizando as identidades e trajetórias de mulheres envolvidas com pesquisas sobre os Estudos de Gênero.

Por fim, um terceiro caminho possível para o desenvolvimento da ADC Feminista brasileira consiste na investigação dos discursos, representações e identidades de gênero no meio online, sobretudo nas redes sociais. As estruturas sociais (por exemplo, gênero, raça, classe) posicionam os atores sociais e determinam as práticas sociais tanto no meio online quanto offline; por esse motivo, é necessário atentar para como esse processo tem ocorrido na internet.

Além disso, como Barton e Lee (2015) discutem, a dicotomia online/offline é cada vez menos adequada para categorizar as práticas sociais, tendo em vista que os atores sociais, por meio de diversos dispositivos eletrônicos, encontram-se constantemente conectados à Internet, e as atividades e relações estabelecidas no meio online cada vez mais influenciam e confundem-se com as práticas anteriormente tidas como típicas do meio offline, como a educação, a saúde e a política.

Os caminhos apresentados neste artigo são apenas algumas possibilidades reconhecidas com o intuito de incentivar o desenvolvimento de novas pesquisas sobre gênero social no campo da ADC, que há décadas vem sendo fortalecida pelo trabalho de analistas críticas e feministas do discurso. Dar continuidade à expansão da vertente feminista da ADC é, portanto, não apenas uma maneira de fortalecer o campo dos estudos do discurso, mas também de promover a mudança social e a emancipação dos atores sociais submetidos às estruturas de poder contemporâneas.

REFERÊNCIAS

BARROS, Solange Maria de. Pesquisa emancipatória: realismo crítico e análise crítica do discurso. In: CUNHA, Gustavo; OLIVEIRA, Ana Larissa. (Org.). **Múltiplas perspectivas do trabalho de face nos estudos da linguagem**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2018, p. 147-162.

BARTON, David; LEE, Carmen. **Linguagem online**: textos e práticas digitais. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BAXTER, Judith. **Positioning gender in discourse**: a feminist methodology. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.

BLOMMAERT, Jan. **Discourse**. A critical introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BORBA, Rodrigo. Linguística Queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. **Entrelinhas** (UNISINOS. Online), v. 9, p. 91-107, 2015.

BORGES, Lorena Araújo de Oliveira. **“Meu corpo, minhas regras”**: representações e identidades de gênero nos discursos de ativistas (trans)feministas. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1990] 2003.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Man in the News: The Misrepresentation of Women Speaking in News as Narrative Discourse. In: MILLS, Sara. (org.). **Language and Gender**: Interdisciplinary Perspectives. Londres: Longman, 1995, p. 226-239.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. **News as Social Practice**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Body branded: multimodal identities in tourism advertising. **Journal of Language and Politics**, v. 7, n. 3, p. 451-470, 2008.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Mulheres Públicas: Poder, Representações Semióticas e Gênero. **Discurso & Sociedad**, v. 13, n. 1, p. 29-50, 2019.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; MOON, Rosamund. Grandmother, gran, gangsta granny: semiotic representations of grandmotherhood. **Gender and Language**, v. 10, n. 3, p. 309-339, 2016.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa; LEEUWEN, Theo Van. Discurso Crítico e Gênero no Mundo Infantil: Brinquedos e a Representação de Atores Sociais. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, p. 11-33, 2004.

CAMERON, Deborah. Rethinking gender and language studies: some issues for the 1990s. In: MILLS, Sara. (org.). **Language and gender** - Interdisciplinary perspectives. London/New York: Longman, 1995, p. 31-44.

CAMERON, Deborah. Gender, language and discourse: a review essay. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 23, n. 4, 45-73, 1998.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, [1990] 2019.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: BALDUINO, Paula et al. (Orgs.). **Descolonizar o Feminismo: VII Sernegra**. Brasília: IFB, 2019, p. 32-51.

DIAS, Tatiana Rosa Nogueira. **Prática Jurídica e Violência contra Mulheres: Um Estudo Etnográfico-Discursivo**. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ECKERT, Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. **Language and Gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. Izabel Magalhães et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. Vítimas e vilãs, monstros e desesperados: como o discurso judicial representa os participantes de um crime de estupro. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão - SC, v. 3, p. 135-156, 2002.

FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. Violência sexual e controle legal: Uma análise crítica de três extratos de sentenças em casos de violência contra a mulher. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. especial, p. 61-84, 2004.

GOMES, Maria Carmen Aires. Estudo explanatório-crítico de narrativas jornalísticas e a problematização de gêneros'. **Calidoscopio** (Online), v. 13, p. 140-151, 2015.

GOMES, Maria Carmen Aires. Identidades de gênero no movimento funk: um estudo explanatório crítico de notícias jornalísticas brasileiras. **Ilha do Desterro** (UFSC), v. 69, p. 183-200, 2016.

GOMES, Maria Carmen Aires; CASTRO, Isabela Ferreira de. Análise Discursivo-Crítica do Gênero Discursivo Situado Disforia de Gênero: Guia Prático de Atualização. In: GOMES, Maria Carmen Aires; PIMENTA, Pauline Freire. (Orgs.). **Representações discursivas de identidades de gênero em práticas sociais brasileiras**. Porto Alegre: FI Editora, 2020, p. 147-170.

GONZALEZ, Carolina Gonçalves; VIEIRA, Viviane Cristina. A mulher como alvo de campanhas publicitárias: uma análise semiótico-social das campanhas Nesfit, da Nestlé. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 15, n. 3, p. 347-365, 2015.

GROAT, Linda; WANG, David. **Architectural research methods**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2001.

HALLIDAY, Michael. **An introduction to functional grammar**, 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

HEBERLE, Viviane. Critical Reading: Integrating Principles of Critical Discourse Analysis and Gender Studies. **Ilha do Desterro** (UFSC), Florianópolis, v. 38, p. 115-139, 2000a.

HEBERLE, Viviane. Análise Crítica do Discurso e Estudos de Gênero: Subsídios para a Leitura e Interpretação de Textos. In: FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (Orgs.). **Aspectos da Lingüística Aplicada: Estudos em Homenagem ao Prof. Hilário Inácio Bohn**. Florianópolis: Insular, 2000b, p. 289-316.

HEBERLE, Viviane. Revistas para mulheres no século 21: ainda uma prática discursiva de consolidação ou de renovação de idéias?. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. especial, p. 40-55, 2004.

LAKOFF, Robin. **Language and Women's Place**. New York: Harper and Row, 1975.

LAZAR, Michelle. Politicizing Gender in Discourse: Feminist Critical Discourse Analysis as Political Perspective and Praxis. In: LAZAR, Michelle. (org.). **Feminist Critical Discourse Analysis**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005, p. 1-28.

LAZAR, Michelle. Language, communication and the public sphere: A perspective from feminist critical discourse analysis. In: WODAK, Ruth; KOLLER, Veronika. (orgs.). **Handbook of communication in the public sphere**. Berlin: Walter de Gruyter, 2008, p. 89-110.

LIMA, Maria Cecília de. **Discursos e identidades de gênero no contexto da escola**. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MACEDO, Litiane Barbosa. **Gender studies in African contexts: a critical discourse analysis of gender narratives from female Cape Verdean researchers**. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MAGALHÃES, Célia. **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: FALE/UFGM, 2001.

MAGALHÃES, Izabel. A Critical Discourse Analysis of Gender Relations in Brazil. **Journal of Pragmatics**, v. 23, p. 183-197, 1995.

MAGALHÃES, Izabel. Linguagem e Ideologia no Discurso Pentecostal. **Cadernos de Linguagem e Sociedade (Brasília)**, Universidade de Brasília, v. 3, n.1, p. 21-65, 1997.

MAGALHÃES, Izabel. **Eu e tu**. A constituição do sujeito no discurso médico. Brasília: Thesaurus Editora, 2000.

MAGALHÃES, Izabel. Interdiscursivity, gender identity and the politics of literacy in Brazil. In: LAZAR, Michelle. (org.)., **Feminist critical discourse analysis**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005, p. 181-204.

MAGALHÃES, Izabel. Discurso, ética e identidades de gênero. In: MAGALHÃES, Izabel; GRIGOLETTO, Marisa; CORACINI, Maria José. (orgs.). **Práticas identitárias: Língua e discurso**. São Carlos, SP: Claraluz, 2006, p. 71-96.

MAGALHÃES, Izabel. Discursos e Identidades de Gênero na Alfabetização de Jovens e Adultos e no Ensino Especial. **Calidoscópio**, São Leopoldo, v. 6, n. 2, p. 61-68, 2008.

MAGALHÃES, Izabel. Gênero e discurso no Brasil. **Discurso & Sociedad**, v. 3, n. 4, p.

714-737, 2009.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. On the coloniality of being: contributions to the development of a concept. **Cultural Studies**, v. 21, p. 240-70, 2007.

MESTHRIE, Rajend; SWANN, Joan; DEUMERT, Ana; LEAP, William. **Introducing to sociolinguistics**. 2. ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.

MILLS, Sara. Introduction. In: MILLS, Sara. (org.). **Language and gender - Interdisciplinary perspectives**. London/New York: Longman, 1995, p. 1-10.

MILLS, Sara. **Discourse**. London: Routledge, 1997.

MOHANTY, Chandra. Bajo los ojos de occidente. Academia feminista y discursos coloniales. In: SUÁREZ, Liliana; HERNÁNDEZ, Aída. (Orgs.). **Descolonizando el Feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**. Madrid: Cátedra, 2008, p. 112-161.

POYNTON, Cate. **Language and gender: making the difference**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

RABELO, Ana Paula. **Os processos de letramento na transformação identitária de três gerações de mulheres escolarizadas**. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

RESENDE, Viviane. **Decolonizar os estudos críticos do discurso: por perspectivas latino-americanas**. 2017. Conferência apresentada no XII Congresso Internacional da ALED, 2017, Santiago do Chile.

SUNDERLAND, Jane. **Gendered discourses**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.

STREET, Brian. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

WODAK, Ruth. What CDA is about – a summary of its history, important concepts and its developments. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Orgs.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage, 2001. p. 1-13.

WILKINSON, Sue; KITZINGER, Celia. Introduction. In: WILKINSON, Sue; KITZINGER, Celia. (org.). **Feminism and Discourse: Psychological Perspectives**. London: Sage, 1995, p. 1–9.

Recebido em: 16 mar. 2022.

Aceito em: 23 mai. 2022.